



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR DE MELO

EDUARDO TAVARES MENDES

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

DILMAR LOPES CAMERINO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ

CHEFE DE CABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO, DESPACHOU, NO DIA 6 DE JANEIRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 3681/2016.

Interessado: Juízo de Direito da 17ª Vara Criminal da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 5478/2016.

Interessado: Anselmo Roberto de Almeida Brito, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a adoção da medida sugerida, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 31/2017.

Interessado: Victor Hugo Lessa Pierre, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DPO/DCF para informar.

Proc: 42/2017.

Interessado: Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Procurador de Justiça/Diretor do 2º CAO/MP.

Assunto: Requerimento de adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Lavre-se a portaria necessária. À DP para as providências cabíveis.

Proc: 53/2017.

Interessado: Dr. Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, Procurador de Justiça/Ouidor do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DPO para informar.

Proc: 67/2017.

Interessado: 3ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema.

Assunto: Requerimento de designação.

Despacho: Em face da manifestação do GECOC, lançada às fls. 5/5v, lavre-se a portaria necessária. Em seguida, archive-se.

Proc: 82/2017.

Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Lavre-se o ato necessário.

Proc: 87/2017.

Interessado: Ouvidoria Geral do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Lavre-se o ato necessário.

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 6 DE JANEIRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 3037/2016.

Interessado: 8ª Promotoria de Justiça de Arapiraca.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da manifestação do interessado juntada à fl. 9, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 3038/2016.
Interessado: 8ª Promotoria de Justiça de Arapiraca.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da manifestação do interessado juntada à fl. 9, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 3920/2016.
Interessado: 4ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente o cadastro e remessa, via SAJMP, de cópias destes autos aos órgãos de execução indicados no parecer da Assessoria Técnica, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 3921/2016.
Interessado: 4ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente o cadastro e remessa, via SAJMP, de cópias destes autos aos órgãos de execução indicados no parecer da Assessoria Técnica, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 3923/2016.
Interessado: 4ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente o cadastro e remessa, via SAJMP, de cópias destes autos aos órgãos de execução indicados no parecer da Assessoria Técnica, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 3925/2016.
Interessado: 4ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente o cadastro e remessa, via SAJMP, de cópias destes autos aos órgãos de execução indicados no parecer da Assessoria Técnica, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 3926/2016.
Interessado: 4ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente o cadastro e remessa, via SAJMP, de cópias destes autos aos órgãos de execução indicados no parecer da Assessoria Técnica, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 3927/2016.
Interessado: 4ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente o cadastro e remessa, via SAJMP, de cópias destes autos aos órgãos de execução indicados no parecer da Assessoria Técnica, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 3928/2016.
Interessado: 4ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente o cadastro e remessa, via SAJMP, de cópias destes autos aos órgãos de execução indicados no parecer da Assessoria Técnica, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 3929/2016.
Interessado: 4ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente o cadastro e remessa, via SAJMP, de cópias destes autos aos órgãos de execução indicados no parecer da Assessoria Técnica, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 4646/2016.
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Goiás.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Remeta-se ao interessado cópia do expediente de fls. 12/13.

Proc: 5317/2016.
Interessado: Dr. Paulo Henrique da Silva Aguiar, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de certidão.
Despacho: À DP para a diligência sugerida no parecer de fl. 16.

Proc: 5353/2016.
Interessado: Mariana Costa de Santana Monteiro, Analista do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Servidor Público. Jornada de Trabalho. Registro em dobro de período (dia) de labor em favor da Justiça Eleitoral, no âmbito do programa “Mesário Voluntário”, para ulterior compensação. Incidência do disposto no art. 98 da Lei nº 9.504/1997. Pelo deferimento do pedido”. À DP para as anotações de estilo.

Proc: 5421/2016.
Interessado: Dr. José Artur Melo, Procurador de Justiça.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a edição da Portaria PGJ nº 46, de 3 de janeiro de 2017 (fl. 3), determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 5467/2016.
Interessado: Camila Vilela Cavalcanti Setton, Analista do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 5487/2016.
Interessado: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Remeta-se cópia, via e-mail funcional, às Promotorias de Justiça dotadas de atribuições na área da execução penal.

Proc: 5493/2016.
Interessado: Dr. Fernando Padilha Alves, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de férias.
Despacho: Defiro o pedido nos termos da informação de fl. 3. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 1/2017.
Interessado: Fellipe Tavares de Carvalho Barros, Analista do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 8/2017.
Interessado: Marcelo José da Rocha Nery, Técnico do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À DP para informar e, em seguida, à douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 13/2017.
Interessado: Dra. Lavinia Silveira de Mendonça Fragoso, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de licença para acompanhar pessoa enferma da família.
Despacho: Remeta-se cópia à douta Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça. Em seguida, evoluam os autos à DP aguardando a juntada do atestado médico.

Proc: 16/2017.
Interessado: Bruno Daniel de Lima, Contador do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de férias.
Despacho: Defiro nos termos da informação de fl. 4. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 19/2017.
Interessado: Dra. Alba Nívea de Barros Mendes, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de adiamento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 23/2017.
Interessado: Dra. Dalva Vanderlei Tenório, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de licença médica.
Despacho: Defiro à vista do atestado médico anexo. À DP para as anotações pertinentes. Em seguida, archive-se.

Proc: 28/2017.

Interessado: Bruna Letícia da Silva Vieira.

Assunto: Requerimento de licença médica em favor do Dr. Izadílio Vieira da Silva Filho, Promotor de Justiça.

Despacho: Remeta-se cópia à douta Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça. Em seguida, evoluam os autos à DP aguardando o resultado da perícia médica.

Proc: 37/2017.

Interessado: Ana Cristina Forquevitz Ferreira, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de licença médica.

Despacho: Defiro à vista do atestado médico anexo. À DP para as anotações pertinentes. Em seguida, archive-se.

Proc: 67/2017.

Interessado: 3a Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ao GECOC para se manifestar.

Proc: 38/2017.

Interessado: Erika Inojosa Quintella Jucá, funcionária desta Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 6 de janeiro de 2017.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

Protocolo 289861

ATO DE NOMEAÇÃO N° 060/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE nomear TAYANA MOURA MORAES, portadora do CPF nº 077.142.024-24, para exercer o cargo, de provimento em comissão, de Assessor Técnico, Símbolo AS-2, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público. Procuradoria Geral de Justiça, em Maceió, 5 de janeiro de 2017.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

ATO DE NOMEAÇÃO N° 061/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE nomear MARIA CRISTINA MENDES CAVALCANTE BISPO OLIVEIRA, portadora do CPF nº 013.275.274-30, para exercer o cargo, de provimento em comissão, de Assessor de Cerimonial, Símbolo AS-1, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público. Procuradoria Geral de Justiça, em Maceió, 5 de janeiro de 2017.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

ATO DE NOMEAÇÃO N° 062/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o art 17, § 1º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em atenção a solicitação constante do Proc. PGJ nº 82/2017, RESOLVE nomear o Dr. VICENTE FÉLIX CORREIA, 6º Procurador de Justiça Cível, de 2ª instância, para exercer o cargo de Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público do Estado de Alagoas. Procuradoria Geral de Justiça, em Maceió, 6 de janeiro de 2017.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

ATO DE NOMEAÇÃO N° 063/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o art 17, § 1º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em atenção a solicitação constante do Proc. PGJ nº 87/2017, RESOLVE nomear o Dr. VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY, 4º Procurador de Justiça Cível, de 2ª instância, para exercer o cargo de Ouvidor-Geral Substituto do Ministério Público do Estado de Alagoas. Procuradoria Geral de Justiça, em Maceió, 6 de janeiro de 2017.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 289859

PORTARIA PGJ n° 128, DE 5 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias do Dr. DILMAR LOPES CAMERINO, 6º Procurador de Justiça Criminal, referentes ao mês de janeiro do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 129, DE 6 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 5419/2016, RESOLVE designar a Dra. SANDRA MALTA PRATA LIMA, 37ª Promotora de Justiça da Capital, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 3ª Procuradoria de Justiça de Cível, de 2ª instância, durante as férias do Procurador de Justiça titular, referentes ao mês de janeiro do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 130, DE 6 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, resolve designar o Promotor de Justiça CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ, 57º Promotor de Justiça da Capital, e os servidores efetivos ANA CRISTINA FORQUEVITZ FERREIRA, Analista do Ministério Público - Gestão Pública e VICTOR MARINHO DE MELO MAGALHÃES, Analista do Ministério Público - Gestão Pública, na condição de titulares e FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA, Analista do Ministério Público - Gestão Pública, como substituto, para comporem, sob a presidência do primeiro, a Comissão de Avaliação Periódica de Desempenho dos Servidores do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas, até ulterior deliberação, com efeitos retroativos ao dia 5 de janeiro do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 131, DE 6 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, resolve designar a Promotora de Justiça VIVIANE SANDES DE ALBUQUERQUE WANDERLEY, 11ª Promotora de Justiça da Arapiraca, e os servidores efetivos EGLINE FRANCO ALVES MUSSURI, Técnica do Ministério Público e ANA CRISTINA FORQUEVITZ FERREIRA, Analista do Ministério Público - Gestão Pública, na condição de titulares e MARCOS ANDRÉ SOUZA DA ROCHA, Analista do Ministério Público - Gestão Pública, como substituto, para comporem, sob a presidência da primeira, a Comissão de Avaliação Periódica de Desempenho dos Servidores do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas, até ulterior deliberação, com efeitos retroativos ao dia 5 de janeiro do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 132, DE 6 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Promotor de Justiça Dr. EDELZITO SANTOS ANDRADE, Promotor de Justiça de Capela, de 2º entrância e Assessor Especial da Procuradoria Geral de Justiça, o Dr. HUMBERTO PIMENTEL COSTA, 12ª Promotor de Justiça da Capital e Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça e os servidores VICTOR MARINHO DE MELO MAGALHÃES, Analista do Ministério Público - Gestão Pública e Chefe da Seção de Recursos Humanos da Diretoria de Pessoal do Ministério Público do Estado de Alagoas, este na condição de titular e WILLAMS FERREIRA DE OLIVEIRA, Analista do Ministério Público - Gestão Pública, como substituto, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar - CPPAD, responsável pelas apurações de fatos e de supostas infrações disciplinares atribuídos a servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos do Ato PGJ nº 3/2013, até ulterior deliberação, com efeitos retroativos ao dia 5 de janeiro do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 133, DE 6 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 42/2017, RESOLVE adiar, por interesse do serviço, as férias do Dr. GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ, 3º Procurador de Justiça Criminal, de 2ª instância, referentes aos meses de janeiro e fevereiro do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 134, DE 6 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 35/2017, RESOLVE designar o Dr. MARCUS RÔMULO MAIA DE MELLO, 16º Promotor de Justiça da Capital, para responder pela Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Municipal, tornando sem efeito a Portaria PGJ nº 59, de 3 de janeiro de 2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 135, DE 6 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a ata de eleição, resolve designar o Dr. HÉLDER DE ARTHUR JUCÁ FILHO, 25º Promotor de Justiça da Capital, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela Coordenação das 25ª e 26ª Promotorias de Justiça da Capital, tornando sem efeito a Portaria PGJ nº 71, de 3 de janeiro de 2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 136, DE 6 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 67/2017, RESOLVE designar os membros do GECOC para funcionarem conjuntamente com a 3ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema, no Proc. 4680/2016, em tramitação na supracitada Promotoria de Justiça, bem como nos feitos judiciais decorrentes.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 137, DE 6 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o servidor VITOR LUIZ PEREIRA RIBEIRO, Analista do Ministério Público - Gestão Pública, para exercer a Função Gratificada de Chefe da Seção de Projetos de Tecnologia da Informação, símbolo FG-1, do Quadro desta Procuradoria Geral de Justiça, até ulterior deliberação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 289860

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2016

PROCESSO Nº 1881/2016 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

FORNECEDOR: TELEFÔNICA BRASIL S. A. (CNPJ nº 02.558.157/0001-62).

DO OBJETO: Constitui objeto do presente termo a alteração do preço unitário mensal do item registrado, e consequentemente os preços totais mensal e anual, em face da negociação empreendida entre as partes, tendo como base o disposto nos artigos 5º, VIII, e 17 do Decreto nº 7.892/2013, previsão constante no item 28.2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 12/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

Item	Descrição	Quantidade	Equipamento	Preço Unitário Mensal	Preço Total Mensal	Preço Total Anual
1	Fornecimento dos serviços de internet móvel ilimitada, sem finalização do acesso, com franquia mínima de 5GB, via modem USB/4G com respectivos simcards USB/4G, somente para o tráfego de dados, fornecidos em regime de comodato, conforme anexo I do Edital.	200	Pen Modem Marca: D-link; Modelo: DWR 910 - 4G	R\$ 69,90	R\$ 13.980,00	R\$ 167.760,00

DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se, neste ato, todas as demais cláusulas e condições da referida Ata, permanecendo as mesmas inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 16 de dezembro de 2016.

SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça); Aix Andre Machado Correa e Henrique Cezar Bezerra Borges da Silva (Representantes legais do Fornecedor).

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2013

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52)

CONTRATADA: CLARO S/A (CNPJ nº 40.432.544/0001-47).

DO OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato de serviços de operação do serviço telefônico fixo comutado (STFC), na modalidade local, com fornecimento de central por comodato, por meio de troncos digitais (E1), serviço de discagem direta a ramal – DDR, linhas analógicas e na modalidade longa distância nacional, nº 02/2013, pelo período de 12 (doze) meses, contado de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, face previsão expressa na cláusula terceira e parecer favorável do gestor do contrato, com esteio do artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93, conforme disposições constantes no processo nº PGJ-4565/2016.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2016-2019, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, supra referido e não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

DATA DA ASSINATURA: 21 de dezembro de 2016.

SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça) e Andreia Uzeda Andrade Guerra (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DO CONTRATO N° 34/2016

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: QUALITEK TECNOLOGIA LTDA - EPP (CNPJ sob o nº 10.224.281/0001-10).

DO OBJETO: Aquisição de licenças do Antivírus Kaspersky Endpoint Security for Business Select com direito a atualizações e suporte técnico pelo período de 36 (trinta e seis) meses, para atender as necessidades do Ministério Público do Estado de Alagoas, advindos da adesão à Ata de Registro de Preços nº 67/2016 do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins – Pregão Eletrônico nº 018/2016, conforme especificações estabelecidos no Edital do Pregão informado, os quais integram este instrumento, independente de transcrição, quantidades e valores estabelecidos neste contrato, conforme processo nº PGJ/AL-4972/2016.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Objeto de Adesão a Ata de Registro de Preços, com aplicação do Ato Normativo PGJ nº 11/2005, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei 8.666/93 e suas alterações, conforme Processo nº PGJ/AL-4972/2016, que passará a fazer parte integrante deste e a ele vinculando-se diretamente. Aplica-se a esta contratação as disposições constantes na Ata de Registro de Preços nº 67/2016 do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins – Pregão Eletrônico nº 018/2016.

DO PREÇO: R\$ 65.100,00 (sessenta e cinco mil e cem reais), conforme nota de empenho 2016NE01162.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2016-2019, no Programa de Trabalho 03.122.0195.3011.0000 – Aperfeiçoamento da Tecnologia da Informação do Ministério Público - Natureza de despesa: 449039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

DA VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência da data de sua assinatura até o final do prazo de garantia de 36 (trinta e seis) meses.

DATA DA ASSINATURA: 21 de dezembro de 2016.

Signatários: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça) e Rodrigo Jorge (Representante legal da Contratada).

>>>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<<<

AO(S) '06' DIA(S) DO MÊS DE JANEIRO O FUNCIONÁRIO COMPE-
TENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS
SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

#####

Proc. 69/2017

Interessado:

DR. FABIO VASCONCELOS BARBOSA, PROMOTOR DE JUSTICA

Natureza:

REQ. PROVIDENCIAS

Assunto:

REQ. PROVIDENCIAS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 68/2017

Interessado:

SILVANIA BARBOSA, VEREADORA

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

COMUNICANDO

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 70/2017

Interessado:

DR. CLAUDIO JOSE BRANDÃO SA', PROMOTOR DE JUSTIÇA

Natureza:

REQ. PROVIDENCIAS

Assunto:

REQ. PROVIDENCIAS

Remetido para:

DIRETORIA GERAL

#####

Proc. 67/2017

Interessado:

3ª PROMOTORIA DE JUSTICA DE SANTANA DO IPANEMA

Natureza:

PEDIDO DE PROVIDENCIAS

Assunto:

ATUACAO EM CONJUNTO

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 71/2017

Interessado:

MARCOS BARBOSA, DEPUTADO ESTADUAL

Natureza:

COMUNICANDO AO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Assunto:

COMUNICANDO AO PROCURADOR GERAL

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 74/2017

Interessado:

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

COMUNICA INSTAURACAO DE INQUERITO CIVIL

Remetido para:

CONSELHO SUPERIOR

#####

Proc. 72/2017

Interessado:

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Natureza:

REQ. PUBLICACAO NO D. O. E.

Assunto:

SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 77/2017

Interessado:

DIRETORIA GERAL DESTA PGJ

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

ENCAMINHAMENTO DE INFORMACAO

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 78/2017

Interessado:

MINISTERIO DA JUSTIÇA, DEPARTAMENTO PENITENCIARIO NACIO-
NAL, DIRETORIA DE POLITICAS PENITENCIARIAS

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

TRANSFERENCIA OBRIGATORIA NA MODALIDADE FUNDO A FUNDO

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 73/2017
Interessado:
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL
Natureza:
PROMOCAO DE ARQUIVAMENTO
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
CONSELHO SUPERIOR

#####

Proc. 84/2017
Interessado:
COORDENADORIA DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
COMUNICANDO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 79/2017
Interessado:
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MATRIZ DO CAMARAGIBE
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
COMUNICANDO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 80/2017
Interessado:
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MATRIZ DE CAMARAGIBE
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
COMUNICANDO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 81/2017
Interessado:
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CANAPI
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
NOTICIA DE FATOS OCORRIDOS NO MUNICIPIO DE CANAPI
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 82/2017
Interessado:
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTERIO PUBLICO DE ALAGOAS
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
NOMEAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 83/2017
Interessado:
CHRISTIANO ROSSINI MARTINS COSTA
Natureza:
REQUERENDO CERTIDAO
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 1520/2016
Interessado:
CNPQ-CONSELHO NACIONAL PROCURADORES-GERAIS
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
RESOLUÇÃO Nº 02/2014-PGJ
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 5389/2016
Interessado:
GAB. DO DES ALCIDES GUSMAO DA SILVA, TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
AÇÃO CIVIL PUBLICA 0805081-07.2016.8.02.0000
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 85/2017
Interessado:
BRUNO DE SOUZA MARTINS BAPTISTA, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO DESIGNACAO
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 86/2017
Interessado:
BRUNO DE SOUZA MARTINS BAPTISTA, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
CONSELHO SUPERIOR

#####

Proc. 87/2017
Interessado:
DR. AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ, PROCURADOR DE JUSTIÇA, OUVIDOR DO MINISTERIO PUBLICO DE ALAGOAS
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
COMUNICANDO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 89/2017
Interessado:
JACKSON COSTA DOS SANTOS, TECNICO DO MP
Natureza:
REQUERENDO SUSPENSAO DE FERIAS
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
DIRETORIA DE PESSOAL

#####

Proc. 88/2017
Interessado:
DR. SERGIO ROCHA CAVALCANTI JUCA, PROCURADOR DE JUSTICA
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
COMUNICANDO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

RANULFO PAES ARAUJO
ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA

=====

Colégio de Procuradores de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
Colégio de Procuradores de Justiça
Resolução CPJ n. 1/2017

Cria o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Conexos - Gaesf, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas e dá outras providências.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, Órgão da Administração Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar n. 15, de 22 de novembro de 1996, CONSIDERANDO a complexidade das ações delituosas praticadas em desfavor da ordem tributária e econômica;

CONSIDERANDO a conveniência de disciplinar a atividade preventiva e repressiva de combate aos crimes contra a ordem tributária e econômica no âmbito estadual;

CONSIDERANDO que o combate aos crimes contra a ordem tributária e econômica exige metodologia específica, colheita de dados e informações centralizadas num único órgão que recepcione e dê tratamento adequado às informações e investigações, promovendo e acompanhando as ações ajuizadas,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Conexos - Gaesf, com sede em Maceió e atuação em todo o território alagoano.

Art. 2º O Gaesf, órgão vinculado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, será composto por 03 (três) membros do Ministério Público, de livre escolha do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 3º O Coordenador do Gaesf será um dos membros do Ministério Público, indicado diretamente pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 4º As portarias de designação para o Gaesf não serão publicadas, bastando o seu encaminhamento ao Conselho Superior do Ministério Público para homologação na primeira reunião que se seguir ao ato, com cópia para a Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Art. 5º Aos membros do Ministério Público integrantes do Gaesf é assegurado o afastamento das funções específicas de seus respectivos cargos, não importando substituição cumulativa sua opção pelo não afastamento.

Art. 6º São atribuições do Gaesf:

I - realizar investigações cíveis e criminais e fazer uso de serviços de inteligência;
II - acompanhar inquéritos policiais;
III - instaurar procedimentos administrativos de investigação na área de sua atribuição, decretando, quando justificado, e por despacho fundamentado, o sigilo respectivo;

IV - expedir notificações para colher depoimentos, esclarecimentos e, em caso de ausência injustificada, requisitar a condução coercitiva, por intermédio das polícias civil e militar, nos termos da Lei;

V - receber representações de qualquer pessoa ou entidade, assim como notícia de fato criminoso através de serviço disque denúncia, instituído por órgãos públicos;
VI - formar e manter banco de dados;

VII - requisitar diretamente de órgãos públicos serviços técnicos e informações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades;

VIII - propor e acompanhar ações cíveis de responsabilidade pela prática de ato de improbidade administrativa e, também, ações penais, no âmbito de sua atribuição;
IX - ajuizar as medidas cautelares necessárias à propositura das respectivas ações principais cíveis e criminais.

X - realizar outras atividades necessárias à identificação de autoria e produção de prova.

Art. 7º Os membros do Ministério Público integrantes do Gaesf officiarão em representações, inquéritos policiais, procedimentos investigatórios e processos judiciais destinados a identificar e reprimir os crimes contra a ordem tributária, econômica e conexos, cabendo-lhes, inclusive, atuar na instrução processual dos feitos até decisão final de primeira instância.

§ 1º As atribuições dos Membros do Ministério Público designados para integrar o Gaesf abrangerão, igualmente, a apuração e a repressão dos delitos que se tornarem conhecidos no decorrer das investigações que estiverem conduzindo.

§ 2º A atuação dos membros do Gaesf se dará em conjunto com o membro do Ministério Público titular ou substituto de órgão de execução com atribuição natural, com o expresso assentimento deste, preservado, em qualquer caso, o princípio do Promotor Natural.

§ 3º O inquérito policial para apuração de infrações penais permanecerá na esfera de atribuições do Órgão do Ministério Público que nele officiar, o qual poderá passar a atuar em conjunto com os membros integrantes do Gaesf, para obtenção e fornecimento de dados, informações e outros elementos de prova, se assim o desejar, em respeito ao princípio do Promotor Natural.

§ 4º O processo iniciado por denúncia oferecida pelos membros do Ministério Público integrantes do Gaesf em conjunto com o Promotor Natural, com base em peças de informação ou procedimentos investigatórios próprios, será distribuído ao juízo competente de cada Comarca.

§ 5º Na hipótese do parágrafo anterior, os membros do Ministério Público integrantes do Gaesf somente poderão atuar no processo judicial se houver anuência do órgão de execução com atribuição natural para officiar no feito.

§ 6º Sempre que possível, os documentos referentes às atividades investigatória e judicial do Gaesf serão subscritos por todos os seus membros e pelo órgão de execução com atribuição natural para officiar no feito.

§ 7º Quando necessário, os membros do Ministério Público integrantes do Gaesf poderão atuar em conjunto com o Subprocurador-Geral Judicial.

Art. 8º Todos os membros do Ministério do Público do Estado de Alagoas ao constatarem elementos indicativos de caracterização de crime contra a ordem tributária econômica e conexos encaminharão informações para alimentar o banco de dados do Gaesf, com o intuito de combate articulado, eficiente e amplo a tais delitos.

Art. 9º A Administração Superior do Ministério Público, no prazo de cento e vinte dias da publicação desta Resolução, providenciará a estrutura material e os recursos humanos necessários à segurança e desempenho dos membros do Ministério Público integrantes do Gaesf.

Art. 10 Durante o período de atuação no Gaesf, os membros do Ministério Público deverão apresentar relatório quadrimestral, com a devida observância da legislação vigente no tocante ao sigilo de documentos e de informações, ao Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 11 Em caso de necessidade e urgência, o Procurador-Geral de Justiça poderá designar membros do Ministério Público para atuarem por determinados períodos e em casos específicos de atuação no Gaesf, observado o procedimento do art. 4º desta Resolução.

Art. 12 Os membros do Ministério Público integrantes do Gaesf deverão reunir-se bimestralmente com o Procurador-Geral de Justiça, para avaliação e definição de metas e estratégias de trabalho, sem prejuízo de outras avaliações pontuais julgadas necessárias.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 14 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Maceió, 6 de janeiro de 2017.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 289855

Promotorias de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL/FAZENDA ESTADUAL

RESENHA

A 20ª Promotoria de Justiça da Capital/Fazenda Pública Estadual, através do Promotor de Justiça abaixo assinado, vem, nos termos do art. 10, §1º da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientificar aos interessados a adoção de providências no Procedimento Preparatório nº 53/16 - Interessado: SINDAGRO-AL - Assunto: Suspeita de desvio de função na contratação de bolsistas. Decisão: Assim, com fulcro no artigo 10 da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e diante da ausência de indício de fato que importe em improbidade administrativa ou mereça a atuação do Ministério Público, determino o arquivamento do presente Procedimento Preparatório, com a conseqüente notificação do interessado e posterior remessa ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas para as providências de estilo.

Nos termos do parágrafo primeiro da Resolução 23/2007 do CNMP, os interessados dispõem do prazo de 10 dias a contar da data da publicação para interpor recurso administrativo, com a juntada das respectivas razões.

SIDRACK JOSÉ DO NASCIMENTO
Promotor de Justiça

Protocolo 289857